

**Participação político-cidadã no contexto das redes sociais digitais:
perspectivas das juventudes brasileiras**

Aline Cristina Camargo;
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Unesp/Bauru

Resumo:

A pesquisa de doutorado que originou este artigo buscou explorar de que maneira os usos e apropriações das tecnologias digitais no processo de mobilização e ação coletiva têm representado novas formas de participação política das juventudes brasileiras. Especificamente neste artigo optou-se por verificar, sob a perspectiva dos jovens brasileiros, de que maneira as redes sociais digitais têm representado um ambiente propício à participação político-cidadã. Para tanto, foram aplicadas duas técnicas metodológicas: i) aplicação de 500 questionários eletrônicos para um público de jovens, com idade entre 15 e 29 anos, das cinco regiões do país; ii) realização de 30 entrevistas episódicas com jovens de 15 a 29 anos, das cinco regiões do país. Os resultados apontam que o uso crescente das redes sociais digitais como espaços de visibilidade de temas e organização para a ação coletiva são uma resposta frente ao desafio da tendência burocratizante e autoritária a ser enfrentada pelas instituições públicas e pelos cidadãos. Neste sentido, é necessário fortalecer as práticas democráticas utilizando outros recursos e ferramentas coletivas a partir das tecnologias digitais, como, por exemplo, as redes sociais digitais.

Palavras-chave: Ativismo; Cidadania; Juventudes; Participação Política; Redes Sociais.

Introdução

Segundo a pesquisa TIC Domicílios¹, o uso da internet no Brasil é crescente, e alcançou, em 2020, 70% da população. São 126,9 milhões de pessoas usando a rede regularmente. Metade da população rural e das classes D e E têm acesso à internet. O relatório é divulgado anualmente pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic).

Ainda de acordo com a pesquisa do Cetic, o celular é o principal meio de conexão (97%), seguido do computador (43%) e da SmarTV (45%). Entre a população que tem renda familiar de até 1 salário mínimo, o uso exclusivo do celular atinge 78% dos usuários, com 19% usando computador e celular. Segundo a pesquisa “Consumo de Notícias do Brasileiro”, realizada em parceria entre a Advice Comunicação Corporativa e a BonusQuest, a internet é a principal fonte de informação para 68% dos brasileiros: soma de portais (28%), jornais on-line (26%) e redes sociais (14%) significa que 68% dos brasileiros têm a internet como sua principal fonte de informação. Os dispositivos móveis destacam-se como principal meio de acesso à internet entre os mais jovens.

¹ Disponível em: <<https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2019//>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

Sendo assim, o público brasileiro estaria voltado para um maior número de fontes e para uma maior variedade de formas de acessar conteúdos de notícias. Além disso, a disseminação do uso da rede tem fornecido novas ferramentas, dispositivos e oportunidades para grupos minoritários e é uma ferramenta para a participação político- cidadã.

No entanto, o potencial empoderador da rede é limitado ao uso social da tecnologia; apesar de o ambiente virtual ser propício para transparência e participação, a maneira como se dá essa participação e os canais para tal precisam ser questionados. Considerando que a participação política é um componente central do regime democrático, compreender suas causas e os contextos em que se dá é crucial para entender a qualidade da democracia.

O acesso às redes amplia as possibilidades de uso frequente de canais midiáticos, seja para consumo publicitário e de entretenimento, para uso e produção profissional, para realização de pesquisas mercadológicas e didáticas, para difusão ou reenvio de conteúdos midiáticos para outros participantes de listas em redes sociais. Os veículos de comunicação de massa, dos tradicionais aos digitais, são responsáveis pela produção e difusão de grande parte do conteúdo de informações diárias e exercem relevante papel na mediação da comunicação política.

Assim, a internet fornece aos brasileiros um conjunto de ferramentas que são importantes para o ativismo e a participação política no espaço político-social e também midiático. No entanto, a ausência de estudos relevantes com uma abordagem sistemática sobre o papel das plataformas digitais no Brasil faz com que ainda seja difícil avaliar os efeitos da digitalização sobre a participação política em dois caminhos: a) a digitalização dos conteúdos pode representar acesso a um maior volume de informações e b) a rede oferece novas ferramentas e modalidades de participação.

Neste contexto, a pesquisa de doutorado realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia que originou este artigo pretendeu identificar os principais usos e apropriações das tecnologias digitais para a participação política, sob a perspectiva de jovens brasileiros. Para este trabalho, considerou-se, especificamente, os usos e apropriações das redes sociais digitais para a participação político-social, sob a perspectiva das juventudes brasileiras.

Redes Sociais (digitais): conceitos e potenciais

De acordo com Recuero (2010), redes sociais são constituídas de representações de atores sociais e de suas conexões. As redes caracterizam-se pela existência de laços firmados por interesses comuns, a partir dos quais é possível formar agrupamentos para a troca de informações e ideias, “gerando não apenas uma interação entre os participantes no sentido de compartilhar conhecimentos, mas também o engajamento em questões políticas, sociais e culturais”, afirma Martino (2015, p. 58). Neste sentido, para o autor, “o poder de mobilização exponencial das redes

sociais as torna um fator relevante para se pensar elementos da vida fora da internet” (MARTINO, 2015, p. 58).

Os sites de redes sociais digitais, como é o caso do Facebook e do Twitter, são “ambientes onde as pessoas podem reunir-se publicamente através da mediação da tecnologia”, enquanto rede social é uma metáfora utilizada para o estudo do grupo que se apropria de um determinado sistema para relacionar-se, salienta Recuero (2010, p. 3).

Dados divulgados pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (BRASIL, 2018) apontam que 66% dos jovens brasileiros com até 25 anos acessam a internet todos os dias. 67% desses jovens afirmam que o uso é principalmente destinado à diversão e à busca de notícias. Dentre os 66% de jovens que afirmam acessar a internet diariamente, 81% o fazem a partir do uso de dispositivos móveis. Para Martino (2015, p. 58) a possibilidade de participar das redes online a partir de dispositivos móveis “permite a transposição contínua das barreiras entre ‘mundo físico’ e ‘mundo online’, em um grau de complementaridade entre as interações nas redes sociais digitais e àquelas desenvolvidas off-line”.

Entre as redes sociais utilizadas no Brasil, destaca-se o Facebook, que conquistou o posto de rede social mais popular do mundo em 2008. Só no Brasil são mais de 130 milhões de usuários. O país é, atualmente, o terceiro mais ativo no Facebook, atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia. Estes dados não indicam apenas a presença dos brasileiros na rede, mas também sua utilização como ferramenta de participação: A eleição presidencial de 2014 gerou 674,4 milhões de interações no Facebook, um novo recorde nos registros da rede social. As conversas sobre as eleições brasileiras envolveu 48,3 milhões de pessoas, o equivalente a 54% de todos os usuários ativos do Facebook no país.

As redes sociais desempenham um papel importante não apenas com fonte de informação, mas também ampliando a esfera pública, através de interação e participação, uma vez que o ambiente online em redes favorece a lógica participativa, com a interatividade e o compartilhamento entre os indivíduos, em diversos níveis. Dessa forma, facilita-se o engajamento, tendo as figuras de produtor e receptor de conteúdos, indivíduo e coletivo fundindo-se de maneira complementar. O digital seria, assim, um *locus* da cultura participativa, na qual as práticas colaborativas são potencializadas em um espaço de representação do coletivo.

O termo ‘audiência ativa’ utilizado por Downing (2002) reflete essa realidade: o nascimento e crescimento de um público que não se restringe mais ao papel passivo de recepção de conteúdos. Ao contrário, ele deseja participar ativamente e de modo colaborativo da rede. A internet alterou – e continua alterando – gradativamente os hábitos coletivos de comunicação mediada. As possibilidades de se estabelecer relações remotas interpessoais e interculturais cresceram com o desenvolvimento de tais tecnologias. Mesmo que elas ainda sejam distribuídas de forma desigual,

são capazes de induzir mudanças e possibilidades comunicativas para movimentos e organizações. As redes trouxeram recursos de visibilidade e de empoderamento aos movimentos sociais, para organizações não governamentais e para outros projetos coletivos, além do próprio cidadão.

Para Recuero (2010), um elemento característico das redes sociais na internet é sua capacidade de difundir informações por meio das conexões existentes entre os atores. Essa capacidade alterou de forma significativa os fluxos de informação dentro da própria rede: “O surgimento e a popularização da internet permitiram uma pluralidade de novas informações circulando nos grupos sociais”, (RECUERO, 2010, p. 117).

A partir da desterritorialização dos laços sociais, possibilitada a partir do uso das tecnologias digitais, surgiu o conceito de comunidade virtual: “agregados sociais que surgem da rede quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no ciberespaço” (RHEINGOLD, 1993, p. 20).

De acordo com Martino (2015), a circulação de bens simbólicos nas comunidades virtuais está pautada na troca e no compartilhamento possibilitados a partir da interação humana. O que o autor chama de “economia da dádiva” (MARTINO, 2015, p. 46) tem reflexo política na medida em que a organização das comunidades em torno de interesses comuns pode ter como consequência a mobilização: “não se trata de considerar as comunidades virtuais como um espaço necessariamente apto à ação política, mas de levar em consideração o potencial de mobilização das comunidades” (MARTINO, 2015, p. 47). Dessa maneira, é preciso considerar as comunidades virtuais como espaços de debate, troca de opiniões e eventualmente tomada de decisão, o que indica, também, o potencial de ação das comunidades virtuais no mundo real.

O celular, o acesso às redes e ao Youtube têm sido instrumentos de formação política e de informação política. A gente vê experiências concretas disso na formação dos parlamentos, por exemplo. O exemplo mais próximo que eu tenho é da eleição da Sâmia Bonfim (PSOL). Um evento político que foi possível pela presença nas redes sociais que ela teve no primeiro mandato dela, ainda como vereadora. Foram dois anos de chamada de participação e engajamento pelas redes. E isso fez com que ela se elegeisse com 250 mil votos, com uma campanha de 30 segundos na televisão, e esses segundos foram usados pra chamar as pessoas pra irem para as redes. (E22, 28 anos).

Apesar do reconhecimento da força política das redes sociais digitais como ambiente de organização, informação e ação política, é destacada a relação entre ambiente físico e virtual.

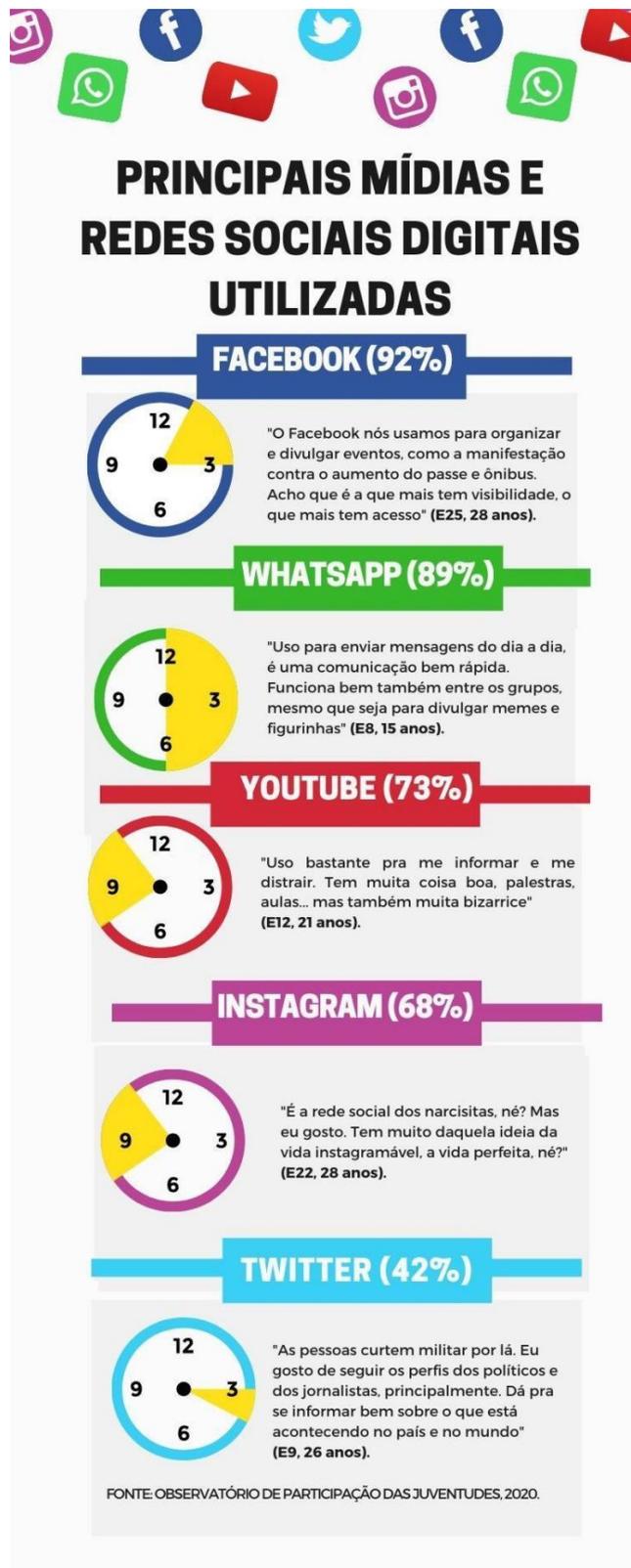
É importante a gente ocupar todos os níveis de participação: passa pelas redes, pelas ruas, por atividades públicas, formação política, criar conteúdo a respeito daquilo que você tá aprendendo numa rede para que outras pessoas tenham acesso a isso. E passa, também, para aqueles que têm interesse em se colocar a disposição em disputar uma eleição, uma cadeira no sindicato, no grêmio estudantil. São diferentes passos e são transversais. O importante é fazer acontecer o jogo político, uma coisa não exclui a outra. (E12, 21 anos).

A partir de diferentes ferramentas, como as redes sociais, novos usos e novos sentidos são construídos de modo a permitir a interação entre dois ou mais atores. Além disso, as conversações, no espaço dos sites de rede social adquirem os contornos associados aos públicos em rede.

Dahlgren (2005) cita alguns espaços já existentes na internet que possibilitam exemplificar extensões da esfera pública, como *sites* governamentais interativos (*e- Government*), *sites* de ativistas para gerar intervenções políticas, fóruns *online*, a presença de empresas jornalísticas que interagem com os leitores por meio dessa plataforma e a utilização cada vez mais ampla das redes sociais digitais.

Na figura a seguir, veja as principais redes sociais utilizadas pelos jovens que compõe, a amostra e trechos dos entrevistados sobre as funcionalidades destas plataformas no contexto da participação política.

Figura I- Redes sociais digitais utilizadas



Uso político das tecnologias como ferramentas emancipadoras

Com a gradual redução do custo dos serviços nacionais e internacionais de comunicação a partir da expansão da Internet comercial, muitos pesquisadores dos meios e tecnologias de comunicação, muitos ativistas políticos, sindicais e de movimentos sociais avaliavam que o uso das novas tecnologias de informação resultaria na democratização do acesso às redes, de dispositivos e aplicativos, mesmo entre as camadas pobres das sociedades. Assim, as novas tecnologias e meios digitais facilitariam, e até estimulariam, a crescente participação dos segmentos sociais mais conscientes e mobilizados, uma situação que poderia produzir movimentos engajados nas lutas em defesa de incontáveis pautas da cidadania contemporânea. Afinal, em países e sociedades democráticas, os direitos coletivos devem ser respeitados e defendidos por todos. Entusiastas da e-democracia apontavam que “as novas tecnologias podem promover discurso aberto e racional, a igualdade de participação e a inclusão de diversos pontos de vista” (NOVECK, 2010, p. 60).

Há mais de uma década Scolari (2008, p. 97) afirmava que estaríamos diante de um novo paradigma da comunicação, em que a nova realidade das comunicações digitais apresentaria usuários ativos, novos formatos e linguagens e formas coletivas de geração de saber. Naquele contexto prenunciado por Scolari, “o usuário pode escolher entre diferentes conteúdos, manipulá-los, reproduzi-los, retransmiti-los e regular seu tempo de consumo”.

Para o autor (2008, p. 96), naquele contexto de contraposição entre a web 1.0 e a web 2.0, “a informação sempre é selecionada ou buscada, nunca simplesmente recebida”, fator que desencadearia uma ação ativa e autônoma dos usuários das novas mídias. Mas, Scolari também já previa que “os novos meios exigem diferentes níveis de atividade a diferentes usuários (não todos dispostos a interagir da mesma maneira)” (SCOLARI, 2008, p. 96).

Jenkins (2015), ao analisar o contexto de convergência dos meios, e as presumidas culturas participativas e a inteligência coletiva, também dizia que é preciso considerar o fluxo de conteúdos, a partir do desenvolvimento de múltiplas plataformas de mídia, que instigaram um comportamento migratório dos públicos dos tradicionais veículos de comunicação, para os novos meios e ambientes comunicativos digitais. Levinson ao revisitar obras de McLuhan (1994), buscando compreender as sociedades atuais diante das transformações culturais e comunicativas provocadas pelos novos

meios e recursos digitais, ainda no início da internet, também avaliou que circulação de conteúdos midiáticos dependia da participação ativa dos usuários ao utilizarem as novas redes e os recursos informáticos (LEVINSON, 2009).

São análises sobre mudanças havidas entre a figura do antigo consumidor de fluxos de conteúdos verticalizados difundidas pelos veículos analógicos, e a figura do ‘internauta’, o novo usuário de meios interativos de comunicação, um público ávido pelo acesso aos instrumentos digitais não somente para consumir informações, mas também para interagir, questionar e republicar as mensagens recebidas pela infinidade de produtores de uma enorme diversidade informações, cuja origem não se restringe mais aos territórios, às culturas, ou aos mercados nacionais.

Embora Levinson (2003) fizesse naquele período pioneiro e até romântico da Internet, uma análise otimista e plenamente ‘integrada’ (no sentido definido por Humberto Eco), de que o ‘internauta’, além de consumidor dos conteúdos disponibilizados pelos incontáveis produtores e publicadores da rede mundial de computadores, também poderia ser produtor de conteúdo, Levinson mostrou-se tão convicto de sua predição sobre internautas produtores de conteúdos, que resgatou o neologismo prosumidor (derivado da palavra inglesa prosumer), termo cunhado por Alvin Toffler, no livro *The Third Wave* (1980).

As mudanças provocadas a partir do desenvolvimento de tecnologias digitais e a convergência dos meios têm influenciado a maneira como os cidadãos fazem uso dos meios de comunicação e evidenciado que a partir da digitalização das tecnologias e dos meios de comunicação o fenômeno da convergência representa mais do que uma mudança nas tecnologias de consumo:

A convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento [...] A convergência refere-se a um processo, não a um ponto final. (JENKINS, 2008, p. 43).

A emergência da chamada sociedade da informação (CASTELLS, 1999) foi acompanhada durante os anos 1990 por um discurso revigorante de democratização dos meios hegemônicos de comunicação, e também da ampliação da participação política das diversas camadas sociais pelos novos canais virtuais. Alguns autores e analistas otimistas chegaram a prever um suposto controle de uma ágora eletrônica, manejada por

organizações coletivas de cidadãos conectados que podiam exercer o controle de grandes quantidades de informações de interesse social, disponíveis no ciberespaço a partir de um ‘clique’.

Para Martino (2015, p. 58), as ações realizadas na rede articulam-se às atividades desempenhadas na vida cotidiana. Para o autor, “quem participa das redes online são seres humanos ligados às redes do mundo desconectado [...] Assim como o mundo real é levado para as redes sociais digitais, as discussões *on-line* têm o potencial de gerar atitudes e ações no mundo físico”.

No entanto, se de um lado tem-se o aumento do número de práticas participativas, facilitadas, principalmente, pela popularização do acesso às tecnologias, por outro se vê um campo de disputa de posições de poder ou de capacidade de interferência. Assim, a arena pública ainda privilegia formas organizativas tradicionais como âmbito específico de possibilidade de ação e, sob esse ponto de vista, os agrupamentos juvenis ainda são frágeis no que diz respeito à tomada de decisões.

É possível identificar alguns fatores que historicamente têm incidido na configuração de um tipo de cultura política de caráter híbrido, “que mistura posturas favoráveis à democracia e predisposições negativas em relação às instituições política” (BAQUERO, 2003, p. 83). Neste cenário, destaca o autor, há condições favoráveis ao aumento do capital social e político, o que também aumentaria o poder dos cidadãos a partir de sua maior inserção e participação na arena política. Por outro lado, Baquero (2003, p. 83) identifica em suas pesquisas “a ausência de capacidade cooperativa entre os brasileiros, o que poderia explicar os déficits de participação política e a consequente instabilidade democrática”.

De acordo com Dalton (1999), alguns fatores da cultura política podem estar ligados à participação, como: i) Interesse por política: espera-se uma relação positiva e significativa com todos os tipos de participação, exceto a participação eleitoral; ii) Sensação de eficácia política interna: a crença na capacidade de influenciar a política também aumenta as chances de um indivíduo participar; iii) Sensação de eficácia política externa: de maneira semelhante, para que o indivíduo queira participar, é preciso que acredite que o regime político proporciona a ele chances de influenciá-lo efetivamente através de ações políticas; iv) Confiança política: o autor (1999) nota que autores diferentes encontram correlações diferentes entre participação política e confiança nas instituições políticas, mas há poucas dúvidas de que a confiança exerça algum tipo de efeito sobre a participação; v) Variáveis Socioeconômicas e

demográficas: a) Educação, b) Renda, c) cidade em que vive, d) Gênero, e) Idade e ciclo de vida e f) Status ocupacional.

O papel da cultura digital nos movimentos sociais, políticos e culturais de reivindicação de direitos tem sido perturbador tanto na dimensão política quanto na participação do cidadão, bem como nas narrativas e discursos, nos modelos de organização e ação coletivas e nos processos de representação e expressão do cidadão. Em outras palavras, o ciberativismo coloca não apenas um problema de método ou meramente instrumental no tratamento desses novos fenômenos, mas essencialmente um dilema conceitual que justifica a relevância de definir novas formas de intervenção social, considerando o direito à participação como direito meio para alcançar outros direitos de cidadania.

Resultados: proposta de discussão

Os setores políticos e econômicos tradicionais têm assumido o controle dos recursos participativos digitais, principalmente pelo fato de dispor de mais recursos e mecanismos de controle de acesso e apropriação dos meios mais eficientes e organizados globalmente pela inteligência econômica e militar. Assim, repetem-se, com mais eficiência graças aos algoritmos e os sistemas de rastreamento e espionagem digital, as formas de controle dos antigos meios, da radiodifusão, da publicidade e da imprensa, que foi a pioneira da comunicação comercial de massa.

Além disso, a crise de legitimidade do sistema democrático representativo tradicional vigente na maioria dos países do mundo ocidental valoriza a experimentação de práticas democráticas participativas que buscam maior interferência popular nos processos políticos-democráticos. Historicamente, a difusão massiva das novas tecnologias e a produção e o consumo de conteúdos digitais têm ampliado a separação entre o material, o econômico e o ideológico. Com a emergência da cultura digital a visão tecnocentrista reaparece na promessa de usuários ativos, o fim dos monopólios midiáticos e a diversidade de conteúdos disponíveis.

Assim a tecnologia assumiria uma dimensão neutra e se transformaria na solução das problemáticas sociais, enquanto se diluiriam as relações assimétricas de poder. No entanto, o que se vê é a presença das relações de poder no contexto das tecnologias, uma vez que as novas tecnologias de informação e comunicação constituem a plataforma por onde transitam os agentes da globalização.

No entanto, é preciso considerar que no capitalismo as ferramentas têm

donos e o simples acesso a elas não garante a democratização da participação, considerada, também, como uma dinâmica de poder. Ainda que se considere a exclusão social, digital e participativa, outras questões são ignoradas, como a experiência prévia e a qualidade do acesso. É importante considerar que a apropriação das tecnologias não deve ser vista apenas a partir da disponibilidade de recursos, mas sim é preciso ter em conta a subjetividade na construção social das experiências da comunidade em questão. Não basta ter acesso. A participação é também uma dinâmica de poder.

Levando em conta as potencialidades possibilitadas pelo uso das TIC no contexto da Democracia, saliento quatro eixos: (i) acesso amplo e democrático à informação; (ii) ampliação de canais/ferramentas de participação; (iii) capacidade de mobilização; iv) potencial para o empoderamento social e a ação coletiva.

Porém, também se faz necessário verificar os limitantes quanto a presença das TICs no campo democrático: (i) viabilização da infraestrutura; (ii) qualidade da informação disponibilizada; (iii) capacidade de compreensão da informação; e (iv) segurança dos usuários.

Pode-se perceber que a difusão das TICs nas últimas décadas abre um leque de oportunidades para reconfigurar o sistema político. A velocidade de troca de informações, a interatividade promovida pelas redes sociais, o potencial das plataformas de participação popular, a disseminação do acesso à internet em computadores e celulares, entre outros, são fenômenos que alimentam a utopia de se avançar em novas técnicas e métodos visando à consolidação de uma efetiva democracia.

Neste contexto, faz-se necessária a análise sobre o processo de apropriação das tecnologias, entendido como um ato de força que se dá em um sistema assimétrico de distribuição de fluxos econômicos e culturais. O ato de apropriar-se subentende que seja algo de fora, alheio. No ato de apropriar-se as pessoas reivindicam uma necessidade, uma demanda, a falta de algo.

Neste sentido é preciso considerar as demandas sociais buscadas a partir das práticas de apropriação, ou seja, pensar a demanda social como alternativa às formas verticais de comunicação e possibilidade de construção de subjetividades políticas a partir do exercício da cidadania. Assim, a apropriação pode ser entendida como um processo de autoaprendizagem pelo qual os indivíduos desenvolvem um sentido deles mesmos e dos outros, de sua história, de seu lugar no mundo e dos grupos sociais aos quais pertencem. Entender os usos e apropriações das tecnologias vai além da questão prática e instrumental de acesso e uso das ferramentas disponíveis (o que também é

importante e estudado em diversas pesquisas). No entanto, é preciso centrar-se no reconhecimento da capacidade de construção de autonomia e liberdade dos indivíduos e suas comunidades. É preciso compreender o uso político das tecnologias na criação de novas formas de ação e interação social e no estabelecimento de novas relações sociais e de ações coletivas.

Mecanismos pelos quais os indivíduos são sujeitos autônomos no conjunto de suas práticas, as inovações tecnológicas possibilitam um ambiente novo e uma mudança cultural em diversos aspectos da vida cotidiana, entre eles o processo de participação político- cidadã. A cada novo meio e/ou tecnologia disponibilizado, que não nascem neutros no sentido de que são produtos de uma evolução social e representam o anseio de seus criadores, a sociedade passa a lidar com novos padrões decorrentes de sua utilização e absorção cultural.

Assim, é preciso considerar as tecnologias digitais como ferramentas de mobilização e participação política, bem como as reconfigurações trazidas com a comunicação digital na política, especificamente nas formas de acesso, consumo, produção, circulação e recirculação de mensagens.

Desta forma, entende-se o uso das tecnologias digitais para a participação como uma possibilidade de reavaliação da participação na esfera pública, a partir do que se pode chamar de formas não tradicionais (ou institucionalizadas) de envolvimento político e cívico, a fim de ampliar os canais de participação.

É possível verificar a proliferação de práticas participativas (e associativas) da juventude, por meio de novos processos interativos que se multiplicam nas redes sociais digitais, por exemplo, mapeando, inicialmente, estudos, pesquisas e políticas públicas voltadas para juventude, especialmente no Brasil, na última década.

A partir desta pesquisa, ficou evidente o surgimento de novas demandas político- sociais, bem como a importância da mediação digital na construção da dinâmica de intervenção política. No contexto das tecnologias digitais, a ferramenta tecnológica (que é um espaço físico de encontro e um recurso material) é transformada em objeto relacional e de ressignificação das práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos, gerando um processo de recodificação, no qual se incluem ondas de protestos, a partir de novas formas de ação coletiva e mediação social, muitas delas no âmbito das redes sociais digitais.

Sierra, Leetoy e Gravante (2020) apontam três características primordiais neste contexto:

- i) A multiplicação de fóruns de discussão e o desenvolvimento de espaços de expressão e visibilidade social de grupos populacionais tradicionalmente excluídos da mídia convencional, em particular jovens e mulheres;
- ii) A existência de grupos sociais de mobilização e intervenção política em processos de netativismo (narrativas ativistas) em nível local;
- iii) A extensão de redes globais de mobilização baseadas em experiências participativas de criatividade social no uso e apropriação de novas tecnologias para o desenvolvimento social.

Neste sentido, faz-se necessário pontuar os principais desafios de pesquisa na temática da participação político-cidadã no contexto das redes sociais digitais:

- i) As tipologias e experiências da participação do cidadão no ambiente digital;
- ii) Os atores e processos de articulação do tecido social e das redes cívicas;
- iii) As metodologias e tipos de intervenção das organizações e movimentos sociais em processos de mobilização em rede;
- iv) As técnicas e usos sociais das tecnologias digitais para intervenção nas práticas políticas e sociais a partir das práticas de ativismo digital.

Algumas considerações

As redes sociais têm assumido a função de trabalho de base na ampliação da mobilização e organização de novos grupos. Os jovens buscam espaços menos burocratizados e mais criativos. Evidência disso é o fato de que entre os principais pontos ressaltados como desmotivadores da participação 'institucional' foram citados: burocracia, falta de tempo, falta de feedback.

A partir da pesquisa que deu origem a este artigo, foi possível identificar a multiplicidade temática que orienta a ação política da juventude: de movimentos feministas ao Movimento dos Sem Terra, as Pastorais de Juventude, o movimento LGBTQ+; o movimento ambientalista, coletivos pelo direito à cidade, o movimento de juventude negra, além do próprio movimento estudantil e político partidário.

A 'nova' feição dos movimentos sociais em rede, portanto, está identificada mais pelos processos em que se estruturam, do que pelos temas pelos quais se interessam. Tais movimentos representam não apenas uma alternativa à estrutura vertical rígida com a qual se estabeleceram partidos e sindicatos no século XX, então os canais mais pretensamente representativos das reivindicações de uma comunidade

politicamente organizada. A proposta de organização de movimentos, grupos e coletivos também contém a necessária afirmação da superação das relações hierarquizadas e autoritárias.

Observa-se que a maneira como se articulam os jovens em torno dos coletivos, a pluralidade de interesses, os meios de mobilização para manifestações de massa e a forma de liderança horizontal são as mudanças mais significativas no atual contexto político brasileiro, viabilizadas pela disponibilidade de tecnologias de informação e comunicação, sem que, no entanto, haja uma reflexão conclusiva dessas mudanças.

A partir do uso de tecnologias da informação como ferramentas de articulação, mobilização e participação política das Juventudes, sob a forma de coletivos e ações de monitoramento, problematizando sua valorização como meio de interação, buscando uma análise que nem superestime nem tampouco subestime o papel das TICs nos movimentos de juventude, foi possível observar: i) falta de confiança dos jovens brasileiros nos políticos e nas instituições políticas, ii) agravamento da sensação de risco e incerteza associadas aos processos de tomada de decisão, requerendo um controle mais direto dos cidadãos em processos deliberativos sobre decisões que afetem as suas vidas; iii) falta de interesse na política tradicional representativa, motivada pelo sucessivo desrespeito da vontade coletiva; iv) necessidade de pensar e implementar alternativas democráticas feitas de mais e de melhor participação cidadã na vida coletiva.

E, portanto, neste contexto de crise(s) (econômica, social e democrática) que se tem gerado não só fortes ondas de contestação, como se tem avançado também com a reivindicação e a necessidade de pensar propostas alternativas ao cenário de déficit democrático em que vivemos. Tal cenário, acrescido de descontentamento motivado pela austeridade trazida pela crise, conduziu as pessoas para as ruas e para as redes, para o espaço público que se tornou fértil em ações de ativismo (e netativismo) onde se veiculam propostas de ação coletiva.

Referências bibliográficas

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, 2003.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHLGREN, P. **The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation**. *Political Communication*, 22:147–162, 2005.

DALTON, R. J. Political support in advanced industrial democracies, in P. Norris (ed.), **Critical citizens: global support for democracy governance**, Oxford, Oxford University Press, 1999.

DOWNING, J. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. 2ª edição. São Paulo: editora Senac, 2004.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Ed. Aleph, 2008.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MCLUHAN, M. **Understanding media: The extensions of man**. MIT press, 1994.

LEVINSON, P. **New new media**. Boston: Allyn & Bacon, 2009.

LEVINSON, P. **Digital McLuhan: A guide to the information millennium**. Routledge, 2003.

NOVECK, B. S. The single point of failure. In LATHROP, D.; RUMA, L. **Open Government: collaboration, transparency, and participation in practice**. Cambridge: O'Reilly Media, 2010.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 1. ed. Porto Alegre: Meridional, 2009.

RHEINGOLD, H. **The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier**. HarperPerennial Paperback in USA, 1993.

SCOLARI, C. **Hipermediaciones: elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva**. Editorial Gedisa, 2008.

SIERRA, F. C.; LEETOY, S. L.; GRAVANTE, T. (Ed.). **Ciudadanía digital y democracia participativa**. Comunicación Social ediciones y publicaciones, 2018.

TOFFLER, A. **The third wave**. New York: Bantam books, 1980.